



## PODER

# Fim da escala 6x1 opção Congresso e governo

Motta enfatiza que Câmara seguirá com PEC sobre mudança de jornada e diz não haver previsão de indicação do relator para projeto de lei do Planalto. Com regime de urgência, texto do Executivo tem de ser analisado em até 45 dias, ou trancará a pauta

» WAL LIMA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu manter a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do fim da jornada 6x1 mesmo diante da ofensiva do governo federal, que tenta conduzir o tema por projeto de lei para agilizar a votação — a aprovação é uma meta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que busca a reeleição. “Nós vamos seguir o cronograma da proposta de emenda da Constituição”, afirmou o deputado.

A declaração explícita o impasse entre Legislativo e Executivo sobre o caminho para viabilizar a mudança. Motta, inclusive, minimizou o impacto da iniciativa do Executivo sobre o planejamento da Câmara. “O envio da parte do governo do projeto de lei não muda o cronograma pré-estabelecido pela presidência”, afirmou. Para ele, a proposta de emenda constitucional permite um debate mais amplo e estruturado. “Com a PEC, nós temos um âmbito maior para a discussão”, argumentou.

Ele disse não haver previsão para a definição do relator que tratará do projeto do Planalto. “Nós seguiremos com o cronograma de PEC. Isso não afeta a nossa relação com o governo. Nossa relação com o governo está a mais institucional e correta possível, como tem que ser. Cada um tendo a sua independência, mantendo a harmonia”, enfatizou. “Na Câmara, já havíamos traçado uma tramitação para que a matéria seja apreciada por meio de proposta de emenda à Constituição. Vamos seguir dialogando com a liderança do governo, com o deputado Paulo Pimenta, com o ministro José Guimarães, das Relações Institucionais, com a equipe econômica do governo, porque essa tem sido a marca da nossa gestão.”

O deputado acrescentou haver um sentimento favorável entre lideranças para a aprovação da medida, mas ressaltou a necessidade de uma tramitação “muito responsável”, com escuta de todos os setores e atenção aos impactos econômicos e às regras de transição.

## Suspensão

Momentos antes da coletiva de Motta, o relator da PEC, Paulo Azi (União-BR), apresentou, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), parecer favorável à admissibilidade da proposta. Apesar do aval, a análise foi interrompida por pedido de vista da oposição.

Lula Marques/Agência Brasil



Segundo Motta, “sentimento” é de que a Câmara aprovará a redução: “Agora, nós iremos fazer isso de forma responsável, que não haja atropelo”

## Urgência

Protocolado como Projeto de Lei (PL) 1838/2026, o texto consta na lista de urgências constitucionais do sistema da Câmara dos Deputados. O mecanismo estabelece o prazo de 45 dias para os parlamentares realizarem a votação da proposta. Caso o período seja extrapolado, o projeto trancará a pauta.



**Nós seguiremos com o cronograma de PEC. Isso não afeta a nossa relação com o governo, cada um tendo a sua independência, mantendo a harmonia”**

**Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara**

O deputado Lucas Redecker (PSD-RS) justificou ser necessário mais tempo de análise do assunto. O regimento interno determina que a vista tem duração de duas sessões deliberativas.

Em seu relatório, Azi considerou constitucionais as propostas que tratam da redução da jornada de trabalho, mas ressaltou a

necessidade de cautela na implementação das mudanças.

A principal preocupação está na forma de adoção da nova escala. Azi apontou que é preciso avaliar os efeitos sobre diferentes setores e discutir mecanismos de adaptação gradual, com possíveis medidas compensatórias para as empresas. Sobre o travamento na CCJ,

Motta afirmou que a Presidência trabalha para destravar o calendário rapidamente. “Nós estamos fazendo sessão até a próxima sexta-feira, visando que a votação possa se dar na CCJ na próxima quarta, após o feriado (de Tiradentes)”, explicou. Segundo ele, a definição dos relatores nas próximas etapas dependerá da aprovação na comissão.

## Cautela

Especialistas defenderam a análise aprofundada por meio da PEC. Na visão da advogada trabalhista Elisa Alonso, o ritmo acelerado da tramitação de um projeto de lei, como propõe o governo, está mais ligado ao ambiente político do que a uma construção técnica consistente.

“Em um ambiente marcado por forte apelo político e eleitoral, era esperado que essa pauta, com alta capacidade de mobilização social, avançasse nas etapas iniciais do processo legislativo”, afirmou. Ela alertou, no entanto, que a falta de análises setoriais pode gerar

impactos relevantes em áreas como comércio, saúde e indústria, especialmente pela ausência de uma transição estruturada.

Na mesma linha, a especialista em direito empresarial e do trabalho Débora Cursine frisou que o tema deixou de ser apenas uma bandeira social e passou a ocupar o centro da agenda institucional, ainda que enfrente entraves, como o pedido de vista que suspendeu temporariamente a discussão. Segundo ela, o debate agora exige aprofundamento técnico, sobretudo diante da proposta do Executivo de reduzir a jornada para 40 horas semanais sem corte salarial.

Débora destacou que o principal desafio será a implementação prática da medida em setores com funcionamento contínuo, em que os custos tendem a ser redistribuídos. “Trata-se de uma discussão legítima, mas a maturidade dependerá menos do apelo político inicial e mais da capacidade de estruturar uma implementação tecnicamente sustentável, com segurança jurídica e sensibilidade às diferenças entre os setores”, concluiu.

## Entenda o caso

### Um projeto e duas PECs

O projeto de lei enviado pelo governo federal propõe a redução da jornada semanal de 44 horas para 40 horas, sem redução salarial, além de prever jornada de trabalho de oito horas diárias e dois repouso semanais remunerados de 24 horas consecutivas cada.

A medida entraria em vigor após a aprovação da lei. Como foi enviado com urgência constitucional, a Câmara teria até 45 dias para apreciar a proposta, sob risco de travar a pauta. O Senado teria o mesmo prazo.

Já as PECs têm textos diferentes. A do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), de 2019, diz que a duração do trabalho normal não pode ser superior a oito horas diárias e 36 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. A proposta entraria em vigor 10 dias após a publicação.

A PEC da deputada Erika Hilton (PSol-SP) também prevê oito horas diárias e 36 horas semanais, mas acrescenta jornada de trabalho de quatro dias por semana — ou seja, a escala de trabalho seria de 4x3. A emenda constitucional entraria em vigor um ano após a publicação.

Caso a CCJ decida pela constitucionalidade das PECs, os projetos ainda passarão por análise de mérito em uma comissão especial.

## Diferenças

Além do teor, há outras diferenças importantes entre os dois instrumentos legislativos. O projeto de lei exige um quórum menor para ser aprovado — maioria simples, desde que presentes 257 parlamentares. O texto também poderia ser vetado pelo presidente. O veto teria que ser apreciado em sessão conjunta da Câmara e do Senado no Congresso.

A PEC, por outro lado, tem um quórum maior — aval de ao menos 308 deputados, em votação em dois turnos. Mas a palavra final seria dos deputados, pois a PEC é promulgada pelo Congresso.

## Marinho nega competição de propostas

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, negou ontem a possibilidade de haver choques entre o projeto de lei do governo sobre o fim da escala 6 x 1 e as propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam do mesmo tema.

Segundo Marinho, o envio do projeto tem o objetivo de “acelerar” o processo, aproveitando que a tramitação de PL é mais ágil do que de uma PEC, que, por sinal, teve a tramitação interrompida na Câmara, ontem, com um pedido de vista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“O PL enviado pelo presidente

busca justamente acelerar o processo, já que sua tramitação é mais ágil que a da PEC. A PEC seguirá seu curso normalmente, evidentemente. O Parlamento tem autonomia para definir a tramitação de ambos, mas o PL conta com a lógica do regime de urgência”, frisou, em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto. “Aqui, não estamos colocando um instrumento para competir com o outro”, acrescentou.

Segundo Marinho, após uma eventual aprovação do projeto, uma PEC ainda será necessária para “consolidar” a redução da escala 6x1.

Uma possível redução na jornada, para Marinho, significaria uma

necessidade econômica para além do benefício social ao trabalhador. De acordo com o ministro, a mudança foca na criação de um ambiente de trabalho saudável para combater o absenteísmo e o adoecimento mental.

“Um ambiente de trabalho com jornada excessiva, muitas vezes casado com assédio moral, leva ao adoecimento e ao acidente de trabalho. A jornada adequada melhora a concentração, o foco e a produtividade que a economia brasileira está precisando”, argumentou.

Na avaliação do ministro Guilherme Boulos, titular da Secretaria-Geral da Presidência, Lula acatou o “grito” de trabalhadores

que “estão exaustos, que estão se adoecendo e que estão tendo burnout”.

“O fim da escala 6x1 é uma reparação de tempo para o trabalhador. Tempo é o que a gente tem de mais precioso na vida, e esse tempo vai ser devolvido para o trabalhador com o fim da escala 6x1”, defendeu o ministro, que participou da entrevista ao lado de Marinho.

Boulos e Luiz Marinho foram peças-chave na elaboração do projeto de lei que prevê redução da carga horária de trabalho. Além dos dois ministros de Lula, o tema foi discutido por pastas como a Casa Civil e a Secretaria de Relações Institucionais.

Valter Campanato/Agência Brasil



Segundo o ministro, o PL é importante para reduzir a escala rapidamente